

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem conseguir bônus, auditores da Receita pedem saída de secretário ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A precariedade do Estado de Direito (Artigo) ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ANFIP

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova legislação poderá reduzir base de cálculo do IPI ..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS agenda perícia médica só para 2023; órgão descumpre acordo com STF, dizem  
especialistas ..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

TCU investiga "abuso de poder" da PEC dos auxílios ..... 9

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil na OCDE tem de ser projeto de Estado (Artigo) ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A relevância do debate social (Artigo) ..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incentivo aos biocombustíveis ..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desespero, improvisado (Editorial) ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo dinamita pilares fiscais, afirma executivo da gestora do Santander ..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina cairá R\$ 1,55 por litro com cortes de impostos, diz governo ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado cobra caro pela irresponsabilidade (Editorial) ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais e graves pecados fiscais e eleitorais (Artigo) ..... 22

Quinta-Feira, 7 de Julho de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Código de defesa do contribuinte avança no congresso nacional - COMÉRCIO EM PAUTA ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Johnson rejeita renúncia e busca apoio com pacote fiscal no Reino Unido ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Compensação tributária ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

País está de volta ao mapa da fome da ONU ..... 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Leite dispara e fica mais caro que combustível ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Datafolha mostra o que pensam eleitores que pretendem votar em Lula, Bolsonaro e Ciro ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

PEC faz Bolsonaro ter expectativa fiscal pior que a de Dilma ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Dólar sobe a R\$ 5,42 com investidores à espera de recessão ..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Viagens de turismo nacionais e para o exterior caem 41% em 2021, diz IBGE ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Relator da PEC Eleitoral descarta prorrogar benefícios ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

IFI vê PEC das Bondades como ameaça a teto de gastos ..... 43

# Sem conseguir bônus, auditores da Receita pedem saída de secretário

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Sem conseguir a regulamentação de um bônus de produtividade, entre outras demandas antes das restrições impostas pela legislação eleitoral, os auditores- fiscais passaram a pedir a saída do secretário da **Receita Federal**, Julio Cesar Vieira.

O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais (Sindifisco) promete acirrar o movimento de mobilização da categoria nas próximas semanas.

A reação ocorre depois de pronunciamento feito por Vieira, na terça-feira passada, para os servidores do órgão. Na fala, segundo o Sindifisco, o secretário afirmou que o chamado bônus de eficiência reivindicado pela categoria não tem data para ser regulamentado.

Aprovado em 2017, o bônus - que representaria um adicional de salário baseado em produtividade e cumprimento de metas - aguarda regulamentação.

A medida é uma das demandas da categoria, que iniciou no fim do ano passado um movimento de "operação tartaruga" e paralisações após o Congresso aprovar o Orçamento sem recursos para o pagamento do bônus.

A mobilização dos servidores da Receita puxou o movimento grevista por aumento de salários de outras categorias, que não se conformaram com a promessa do presidente Jair Bolsonaro de conceder reajuste apenas para as categorias policiais do governo federal (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e agentes penitenciários).

Depois de meses de polêmica e vaivém, nenhuma categoria (mesmo a dos policiais) conseguiu reajuste de salário. As restrições da lei eleitoral para aumentos e concessão de bônus estão valendo desde a segunda-feira.

"Não podemos aceitar o descaso deste governo com a Receita.

Nossa mobilização segue a todo vapor e pode, inclusive, se acirrar nas próximas semanas", afirmou o presidente do Sindifisco, Isac Falcão, ao Estadão.

'DIGNIDADE'. De acordo com o Sindifisco, na manifestação aos servidores, Vieira disse que a sinalização para a regulamentação do bônus teria sido positiva, porém, não teria ocorrido pela pressão por recomposição salarial de outras carreiras. Nesse cenário, o governo temeu o risco de um efeito cascata dentro do funcionalismo federal.

Em nota divulgada ontem, o Sindifisco acusa ainda o secretário de ter boicotado as mobilizações.

"Assim como fizeram mais de 1.200 auditores-fiscais, o secretário deveria ter a dignidade de entregar o seu cargo", diz a nota. A categoria pede também a recomposição do orçamento da Receita, que ficou 50% menor em 2022, e a realização de concursos públicos para diminuir a queda de 40% do efetivo nos últimos anos.

O Sindifisco acusa ainda o comando da Receita de ter publicado, ao longo do ano, diversas portarias que afetariam a atuação dos auditores. Uma delas é a portaria 75, que permite que a verificação física das mercadorias seja realizada de forma remota, sem a presença dos auditores nas alfândegas. A Receita também retirou do seu site oficial estudos fiscais e aduaneiros.

Procurada, a Receita não se pronunciou sobre as críticas dos auditores-fiscais.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A precariedade do Estado de Direito (Artigo)

**Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)**

A Constituição proclama, em seu artigo 1.º, que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, o que presume a submissão de todos à lei e à vontade popular.

Estabilidade e clareza são requisitos mínimos para a observância da lei. Não é isso que se vê no Brasil. Normas são alteradas frequentemente, não raro com qualidade técnica deplorável. A interpretação dada às normas também muda continuamente, sem justificativa plausível.

As evidências dessa degradação normativa, em desfavor da segurança jurídica e do Estado de Direito, superabundam na mídia. Emendas constitucionais são aprovadas a toque de caixa. Decisões judiciais de grande relevância são tomadas em plenário virtual. Apresento, em seguida, alguns exemplos dessa degradação.

A Emenda Constitucional n.º 87, de 2015, que trata da tributação do ICMS nas operações interestaduais não presenciais, estabelece, no artigo 2.º, que seus efeitos ocorreriam a partir de 2015, ao passo que, no artigo 3.º, fixa 2016.

Esse erro primário passou totalmente despercebido.

A Constituição prevê que a tributação de combustíveis e lubrificantes pelo ICMS deveria, entre outros requisitos, ter alíquota uniforme no território nacional.

A Lei Complementar n.º 192, de 2022, supriu a exigência constitucional de especificação daqueles produtos para instituição da alíquota uniforme, porém invadiu a competência dos Estados ao estabelecer critérios para sua fixação.

Não é isso que diz a Constituição.

Já os Estados contestaram aquela norma, incluindo nas alegações a de que uniforme não é idêntico. Não é isso o que diz o dicionário.

Decisão judicial recente estabeleceu a não incidência do Imposto de Renda nas pensões alimentícias recebidas, utilizando, entre outros fundamentos, o de que seria um caso de bitributação.

Não é o que está nos artigos 4.º e 8.º da Lei n.º 9.250,

de 1995, que prevê a dedutibilidade da pensão alimentícia paga.

Gerou-se, ao contrário, uma hipótese de dupla não tributação.

Se um casal se separa, o imposto não incidirá nem em quem paga nem em quem recebe. Um convite à simulação, especialmente para os ricos.

Desde a instituição do ICM, em 1967, se entendia que aquele imposto e o ICMS, seu sucessor, incidiam nas operações interestaduais havendo ou não transferência de titularidade.

Decisão judicial, em 2021, reformulou esse entendimento, ao considerar inconstitucional a incidência sem transferência de titularidade.

Será que passamos mais de meio século convivendo com essa inconstitucionalidade sem que ninguém se desse conta

**Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)**

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

**ADRIANA FERNANDES/ BRASÍLIA**

Para enfrentar as resistências, o relator do projeto que cria um código de defesa do contribuinte, deputado Pedro Paulo (PSDRJ), retirou dispositivos que dificultavam a fiscalização dos sonegadores e das empresas de fachada, conhecidas como "laranjas".

Entre esses instrumentos, o projeto proibia os auditores de suspender ou cancelar inscrição do CNPJ do contribuinte antes de decisão administrativa definitiva; de reter documentos e mercadorias por mais de 60 dias e pedir acompanhamento de força policial sem decisão judicial.

Em contrapartida, o parecer proíbe que auditores recebam bônus de produtividade com base em metas que levam em consideração multas aplicadas.

Ao Estadão, o relator disse que a medida visa a combater a "indústria de multa". Segundo ele, a concessão do bônus não pode ser balizada por quantidade de multas. "Não estamos proibindo meritocracia e bonificação. Pelo contrário, gostamos desse processo. Mas é um caminho injusto fixar uma meta de aumento de arrecadação baseada em aumento de auto de infração", disse.

O projeto chegou a ser batizado ironicamente pelos fiscos de "código de defesa do sonegador" em manifesto divulgado na semana passada por entidades representativas da **Receita Federal**, Estados e municípios.

Com tramitação em regime de urgência, o texto tem votação prevista para terça-feira no plenário da Câmara, segundo Pedro Paulo, que foi secretário de Fazenda do Rio de Janeiro. De autoria do deputado Felipe Rigoni (União-ES, o projeto tem apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Tirei a maioria dos pontos que assustavam os fiscos, que falavam que se tornaria um projeto de proteção ao sonegador", afirmou.

Para a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), o parecer é um avanço ao interesse público, mas com pouca chance de prosperar.

"O substitutivo, alcunhado pelos auditores fiscais como

código de defesa do sonegador, é tecnicamente muito bom", diz nota da Unafisco Nacional. Segundo análise da associação, o substitutivo ao PL virou praticamente um "manual de defesa da administração tributária".

Mauro Silva, presidente da associação, avaliou que os "liberais que assinaram o projeto original tendem a derrubar o substitutivo, justamente por conta de suas virtudes".

## Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

PORTAL UOL

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

MONEY TIMES

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

BEM PARANÁ - CURITIBA - ONLINE - PR

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

GAÚCHA ZH - PORTO ALEGRE - RS

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

CORREIO POPULAR ONLINE - CAMPINAS - SP

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

GAZETA DE PIRACICABA ONLINE - PIRACICABA - SP

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

DIÁRIO DO GRANDE ABC ONLINE - SANTO ANDRÉ - SP

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

O POVO ONLINE - FORTALEZA - CE

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

MIX VALE

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

TRIBUNA DO AGRESTE - AL

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

VITÓRIA NEWS - ES

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

TNONLINE

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

AGÊNCIA ESTADO - BROADCAST - SP

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

FASTERNET

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

DINHEIRO RURAL ONLINE - SP

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

TRIBUNA DO SERTÃO ONLINE - AL

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

ALÔ SALVADOR - BA

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

NO MOMENTO NEWS - SINOP - MT

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

JORNAL DE BRASÍLIA ONLINE - BRASÍLIA - DF

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

NOTÍCIAS DO BRASIL

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

ACESSE POLÍTICA - ONLINE - BA

Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

ESTADÃO ONLINE - SP  
Relator altera projeto para facilitar fiscalizações

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Nova legislação poderá reduzir base de cálculo do IPI

**Beatriz Olivon De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

# INSS agenda perícia médica só para 2023; órgão descumpre acordo com STF, dizem especialistas

**Cristiane Gercina**

Trabalhadores doentes que precisam passar pela perícia do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para conseguir o benefício por incapacidade podem ter de aguardar até 2023 por atendimento. Esse é o prazo que muitos segurados encontram ao fazer o agendamento no Meu **INSS** ou no telefone 135.

A fila, que chegou a 1 milhão de perícias represadas em maio, é reflexo de uma série de fatores, como a greve dos peritos médicos, que durou 52 dias, o fechamento das agências na pandemia de Covid-19 e a falta de servidores. Para especialistas, a espera acima de 45 dias descumpre a legislação e o acordo firmado com o STF (Supremo Tribunal Federal) em junho de 2021, válido até o ano que vem.

Em nota, o Ministério do Trabalho e Previdência afirmou que a Perícia Médica Federal realiza diversas ações para diminuir a espera dos segurados. "A principal delas é a antecipação das perícias sempre que for possível."

O órgão disse também que dará início, em breve, à liberação de benefícios previdenciários e assistenciais sem necessidade de perícia presencial, apenas com a entrega de documentos, a exemplo do que já ocorreu na pandemia de Covid-19.

"Está previsto ainda pagamento de bônus para perícias extraordinárias realizadas -o que deve aumentar a capacidade operacional da perícia médica. O pagamento será feito aos médicos que realizarem atendimentos além de suas metas ordinárias, conforme previsto na MP 1.113/2022, que já está em discussão no Congresso Nacional", informou o texto.

No Twitter, há relatos de perícias agendadas apenas para janeiro, fevereiro ou março de 2023. Em um dos relatos, a segurada diz que acompanhou o filho na perícia e, após espera de duas horas, não conseguiu atendimento. O exame foi remarcado para janeiro de 2023, afirma.

Outra trabalhadora relata que tentou agendar o exame pericial para um segurado doente, mas só conseguiu

atendimento para fevereiro de 2023.

Em outro caso, após esperar seis meses pela perícia, ao tentar remarcar, há vaga somente para março de 2023.

O vice-presidente da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos), Francisco Eduardo Cardoso Alves, afirma que os prazos de perícia têm sido cumpridos na maior parte do país. Ele ressalta, no entanto, que há localidades em que podem ocorrer atrasos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49965>

# TCU investiga "abuso de poder" da PEC dos auxílios



Ministro Augusto Cedraz será o relator no Tribunal de Contas da União da apuração sobre a PEC em tramitação na Câmara dos Deputados

**Táisa Medeiros**

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu investigação para analisar o impacto econômico da Proposta de Emenda à Constituição 1/2022, apensada à PEC 15/2022, dos biocombustíveis, que destina R\$ 41,2 bilhões para famílias de baixa renda, caminhoneiros e taxistas até o fim deste ano. A controvérsia é que, por ser um ano eleitoral, não poderiam ser criados novos benefícios a um prazo tão curto do pleito. A investigação ocorre a pedido do Ministério Público do próprio tribunal (MP-TCU) e terá como relator o ministro Aroldo Cedraz. O objetivo da apuração é de impedir o governo de "flexibilizar o teto de gastos, de comprometer o equilíbrio fiscal das contas públicas e de desrespeitar princípios elementares do direito financeiro e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em possível retrocesso para o país", diz o documento assinado pelo procurador Lucas Furtado. Na Câmara, a expectativa é de que a PEC seja votada ainda hoje na comissão especial para discutir o assunto.

"A decretação do "estado de emergência" não seria apenas um subterfúgio para se esquivar das amarras da lei eleitoral? A meu ver, sim", disse Furtado, autor da representação, que aponta a intenção do governo de "turbinar" programas sociais às vésperas do pleito. Além disso, a apuração do TCU requer que o governo realize estudos e divulgue quantas pessoas/famílias receberão os benefícios criados/ampliados" com categorização por município, gênero, faixa de idade e grau de escolaridade, de modo que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possa examinar com precisão se houve abuso do poder político/econômico nas eleições de outubro que se aproximam", detalha.

"A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou **servidores públicos**", afirmou o procurador.

**VOTAÇÃO** A proposta teve votação adiada na madrugada de quarta-feira, durante reunião da comissão especial que analisa a matéria. A discussão sobre o texto do relator Danilo Forte (União-CE) ficou para hoje. Avo-tação do colegiado foi adiada após pedido de vistas, concedido pela presidente da comissão especial, Celina Leão (PP-DF).

Deputados alegaram precisar de mais tempo para analisar o texto. Na ocasião, o relator leu o parecer sobre a PEC, em que manteve o texto aprovado pelo Senado. A estratégia de não realizar alterações facilita na celeridade da análise da PEC.

Danilo Forte já apresentou seu parecer na noite desta terça-feira. A reunião foi tumultuada e prosseguiu até o início da madrugada, porque a oposição obstruiu a tramitação. O texto do relator é um substitutivo que consolida as redações das duas PECs (15/22 e 1/22) sem alterar o mérito já aprovado no Senado. Está previsto o estado de emergência no país até 31 de dezembro, justificado pela elevação "extraordinária e imprevisível" dos preços do petróleo, combustíveis e seus impactos sociais.

Na prática, a medida permite ao governo ampliar benefícios sociais que não seriam autorizados em ano eleitoral. Há previsão de Auxílio Brasil de R\$ 600, auxílio de R\$ 1 mil para caminhoneiros, vale-gás de cozinha e reforço ao programa Alimenta Brasil, além de recursos extras para taxistas, financiamento da gratuidade no transporte coletivo de idosos e compensações para os estados que reduzirem a carga tributária dos biocombustíveis. O impacto das medidas é de R\$ 41,2 bilhões.

Danilo Forte afirmou que a intenção é conter "notório estado de pobreza pelo qual passa grande parte do País". Segundo ele, "questões operacionais" impediram a inclusão de outras categorias entre os beneficiários, como nos casos dos motoristas de aplicativos e de transporte escolar.

"Nós não temos um controle oficial sobre esse segmento de trabalhadores. Os próprios aplicativos não nos dão as informações necessárias. Então, diante da possibilidade, inclusive, de não se ter o número efetivo nem o controle efetivo sobre o repasse de recursos, nós tivemos que deixar de atender essa demanda, que eu acho justa. Outro segmento importante era o do transporte escolar privado, mas também não há amparo para atender toda essa demanda", explicou.

Para reforçar o embasamento jurídico da proposta, Danilo Forte chegou a pensar em colocar no texto a expressão "comoção social", já prevista na Constituição. No entanto, optou pela inclusão do instituto jurídico do "estado de emergência" no texto constitucional. "A preocupação com o estado de emergência era porque, na Constituição, não existe a figura do estado de emergência: só existe na Lei Eleitoral. Mas esse estado de emergência foi acrescentado no relatório aprovado no Senado para a PEC 1 e será incorporado ao artigo 120 [do ADCT] da Constituição", disse Forte.

#### OPOSIÇÃO QUER OBSTRUIR

Os partidos de oposição insistem obstruir a tramitação da PEC. O PT afirma que há risco de judicialização da votação sob o argumento de prazo reduzido para a apresentação de emendas à proposta. O deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA) apontou interesses eleitoreiros na proposta. "É chamada de PEC do desespero e tem interesse meramente eleitoral porque tem um prazo de validade. Essa PEC cria o estado de emergência e encerra o estado de emergência. Ela não está vinculada à realidade. Nós não somos contra o mérito da matéria, mas neste momento somos contra a votação em afogadilho."

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) também criticou o alcance das medidas limitado ao período eleitoral diante de crises que demandam soluções de longo prazo. Já o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ) disse que existem impactos econômicos negativos da PEC. "Aqui a gente vê uma PEC que tenta resolver o problema da **inflação** e dos juros altos, provocando mais **inflação**, juros, dívida pública e fazendo com que a população brasileira vá pagar por toda essa conta que a gente está discutindo nesta PEC", declarou. (Com agências)

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/07/2022/p1>

# Brasil na OCDE tem de ser projeto de Estado (Artigo)

**SUSANA CORDEIRO GUERRA, MARIANO LAFUENTE E  
PEDRO FARIAS**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# A relevância do debate social (Artigo)

***Bruno Funchal***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265?page=8&section=2)

***Site:***

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265?page=8&section=2)

# Incentivo aos biocombustíveis

O substitutivo do relator Danilo Forte (União Brasil-CE), que as propostas de emenda à Constituição 1/2022 e 15/22/2022 e 1/22), além da ampliação do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, do vale-gás e dos benefícios a caminhoneiros e taxistas, estabelece na Constituição regime fiscal diferenciado para os biocombustíveis, com vantagens em relação aos combustíveis fósseis. A intenção é reduzir o impacto de recentes leis complementares (LCs 192/22 e 194/22) que reduziram a competitividade dos biocombustíveis, como o etanol, diante da gasolina.

O relator disse que a medida é necessária diante da guerra entre Rússia e Ucrânia, do aumento dos preços dos combustíveis, da **inflação** e da deterioração do poder de compra da população. "Com a aprovação [da PEC 15/22], esperamos reestabelecer uma condição de equilíbrio entre as condições de competitividade entre combustíveis fósseis e biocombustíveis, em favor desse último. Dessa forma, é uma ferramenta importante para assegurar o cumprimento das metas de redução de gases causadores do efeito estufa, em conformidade com os acordos internacionais de que o Brasil é signatário", disse Danilo Forte.

O parlamentar aponta ainda reflexos positivos no conjunto de medidas. "Desde a Constituinte que se fala em **reforma tributária** no Brasil para diminuir **impostos**, e nós conseguimos o início de debate de uma **reforma tributária**: não a partir da disputa por **impostos** entre o governo federal e os governos estaduais, mas focada do ponto de vista do cidadão. E dá ao Congresso Nacional a altivez de ser protagonista nessa construção", afirmou.

Em nota, a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável do Petróleo e Energias Renováveis manifestou apoio à PEC e defendeu a inclusão da monofasia no etanol hidratado. Pela monofasia, a cobrança é feita apenas uma vez, o que evitaria a guerra fiscal. O presidente da frente, deputado Christino Aureio (PP-Rj), espera que a proposta seja aprovada pela Casa e vá a promulgação ainda nesta semana.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/07/2022/p1>

## Desespero, improviso (Editorial)

O presidente da República corre para tentar compensar em menos de 90 dias o que a sua incompetência produziu em três anos e meio de mandato. A energia com que agora cobra empenho de ministros pela reeleição contrasta com a indolência de suas longas folgas no litoral e o desleixo na escolha de prioridades e quadros para a gestão.

Os berros e os palavrões típicos de suas conversas entre quatro paredes não terão o condão milagroso de transformar a realidade de dezenas de milhões de cidadãos que irão às urnas em outubro preocupados sobretudo com a economia.

Ações, como a de despejar bilhões de reais em cortes de **impostos** e aumentos de gastos no curtíssimo prazo, poderão melhorar a competitividade do candidato Jair Bolsonaro (PL). Mas, como toda atitude desesperada, essa que leva a maioria do Congresso a alterar a Constituição como quem troca de roupa também implica custos.

Parte da conta será assumida pelos próximos mandatários e paga após as eleições pelo contribuinte e pelos que mais dependem de serviços públicos, pois as prestidigitações populistas são fugazes. Mas uma outra parcela do fardo já pesa nas costas de seus patrocinadores.

O terremoto produzido nas últimas semanas sob as regras elementares da condução fiscal e do regime de preços alimenta uma violenta deterioração dos indicadores financeiros. Disparam a cotação do dólar e a percepção de risco de calote do Brasil. Os juros em todas as modalidades se elevam, e o patrimônio em reais se deprecia.

Decerto há uma variável internacional -o temor de uma reviravolta recessiva na economia global- a impulsionar a degringolada. A Argentina em nova agonia política e inflacionária também ajuda a piorar a reputação regional.

Não seria o momento recomendado, portanto, para o Brasil atirar-se a aventuras de irresponsabilidade fiscal. Tivesse Bolsonaro se portado condignamente ao longo do mandato, reforçando a credibilidade das instituições políticas e econômicas ao invés de erodi-la, as defesas do país contra a ressaca global estariam mais sólidas.

O presidente dificilmente teria atingido seus atuais níveis de popularidade, inauditos para um

postulante à reeleição. A boa governança do Congresso teria evitado os saques oligárquicos ao Orçamento, e o Bolsa Família teria sido desde a eclosão da pandemia ampliado e melhorado para amparar a metade mais pobre da população.

Como Jair Bolsonaro preocupou-se mais com passear de motocicleta, imprecisar contra instituições da democracia e patrocinar agendas exóticas ditas conservadoras, deixou de governar para a maioria e tem sido punido por isso. Só lhe restaram desespero e improviso.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49965>

# Governo dinamita pilares fiscais, afirma executivo da gestora do Santander



Divulgação

## Lucas Bombana

A PEC (proposta de emenda à Constituição) que busca aumentar os gastos sociais às vésperas das eleições, aprovada no Senado na semana passada, foi recebida como um péssimo sinal por agentes do mercado financeiro em relação à sinalização do governo sobre a condução da política fiscal.

"O governo está dinamitando pilares do regime fiscal", diz Mario Felisberto, executivo chefe de investimentos da Santander Asset Management, gestora do banco espanhol com cerca de R\$ 300 bilhões em ativos no mercado local.

Com o aumento das incertezas sobre a condução da política econômica ao longo dos próximos meses, somado a um cenário internacional também desafiador, o gestor não descarta a necessidade de o BC (Banco Central) ter de subir ainda mais a taxa de juros em relação ao projetado hoje pelo mercado. A Santander Asset trabalha atualmente com uma taxa Selic terminal em 13,75% ao ano.

Felisberto afirma também que, após um primeiro semestre em que a atividade econômica se comportou um pouco melhor do que as previsões iniciais, para a segunda metade do ano, o cenário tende a ser mais desafiador -o que pode implicar em um ambiente desfavorável para o desempenho da Bolsa brasileira e global durante o segundo semestre.

"Estamos com uma visão bastante cautelosa para a Bolsa, tanto nos mercados internacionais como no

Brasil."

•

Tivemos na semana passada a aprovação da PEC Kamikaze no Senado faltando cerca de três meses para as eleições. Como o sr. tem acompanhado e qual a sua avaliação sobre o quadro fiscal do país? Temos visto resultados fiscais muito bons, e, sem dúvida, isso é um alento. Mas, ao mesmo tempo, está claro que esses resultados positivos estão servindo como margem de manobra, para que o governo use essa sobra de resultado em políticas de curto prazo que não fazem sentido do ponto de vista estrutural do lado fiscal.

Portanto, no curto prazo, a gente vê esses resultados positivos, mas que estão servindo como válvula de escape. E o mais importante não é essa parte de curto prazo, até porque ela tem sido usada de uma maneira não apropriada. Mas sim o fato de que o governo está dinamitando certos pilares do regime fiscal.

Honestamente, não sabemos como o regime fiscal vai ficar no ano que vem, seja por causa da eleição, seja pelo fato de que, independentemente de quem ganhar, não tem nenhuma clareza sobre os pilares de regime fiscal que seriam adotados por qualquer um dos possíveis governos que tenhamos.

Não temos visibilidade nenhuma e conforto nenhum, é um dos nossos maiores pontos de preocupação essa perda dos pilares, da sinalização institucional que poderíamos ter sobre o regime fiscal no longo prazo. Quando a gente pega o nosso cenário econômico e traduz para os investimentos, esse é um fator bastante negativo.

Nesse contexto, houve um aumento da percepção do risco fiscal por parte do mercado nas últimas semanas? Sem dúvida. Tivemos na segunda metade do ano passado alguns marcos importantes no sentido de perda desses pilares, de que o teto passaria a não ser respeitado, mas uma diretriz em torno da qual se procurariam atalhos para poder gastar mais. E isso sem dúvida naquele momento mudou o patamar de percepção de risco do mercado, com um impacto bastante significativo em todos os mercados, na Bolsa, no câmbio, nas curvas de juros, e com um impacto palpável na **inflação**, no comportamento do câmbio,

na necessidade de o BC [Banco Central] aumentar a taxa de juros.

Nessas últimas semanas, tivemos um segundo movimento bem negativo nessa direção, de desconsiderar o teto fiscal, de tirar mais um tijolo na sequência de remoção do pilar do teto.

As recentes manobras fiscais abrem brechas para novas tentativas do governo de aumentar os gastos antes das eleições? A intenção é essa, e temos nesse movimento o governo trabalhando juntamente com o Legislativo, e a própria oposição jogando também na mesma direção. Atualmente, não estamos conseguindo enxergar de onde vem a defesa do regime fiscal. Vemos muita gente querendo gastar, e pouca gente tentando defender o equilíbrio fiscal.

A política fiscal pode forçar o BC a ter de ser ainda mais agressivo no processo de alta dos juros? Acho que sim. É difícil isolar todos os efeitos, porque temos o cenário internacional também bastante conturbado, que tem gerado impacto bastante negativo em termos de pressões inflacionárias. Mas não tem dúvida que tem o impacto do fiscal, que é bastante relevante. No ano passado, não tínhamos um cenário internacional tão negativo jogando contra, e, naquele momento, já ficou claro que a perda de credibilidade fiscal geraria impacto na **inflação**, no câmbio, e a necessidade de apertos mais agressivos por parte do BC. Só que agora tem o cenário global mais difícil, e, ao mesmo tempo, a taxa de juros já está mais alta. Mas eu não tenho dúvida que o fiscal está dificultando bastante o trabalho do BC, e pode levar o BC, na nossa visão, a ter que continuar puxando a taxa de juros.

O quanto o BC teria de subir os juros além do já estimado pelo mercado? A essa altura, a nossa projeção para o BC não é mais tão agressiva assim, trabalhamos com mais uma alta de 0,50 ponto percentual na Selic, para 13,75% ao ano. O que está por trás dessa lógica é que já tivemos o BC puxando bastante a taxa de juros, e, obviamente a **inflação** ainda está rodando em patamares muito altos, mas a taxa de juros leva um tempo para surtir efeito. Esse é o nosso principal argumento para dizer que não vai mais precisar puxar tanto a taxa de juros, ainda tem um efeito defasado para acontecer.

Mas, ao mesmo tempo, não temos muita dúvida que, primeiro, se tiver que errar, o BC vai ter que errar para puxar mais a taxa de juros do que esse aumento adicional para 13,75%. Diria que tem uma probabilidade razoável de o BC ter que puxar um pouco mais. E tem um segundo impacto, que talvez seja até mais dolorido, que o BC vai demorar para ter espaço para cortar os juros.

A expectativa de **inflação** para o ano que vem está em torno de 5,5%. É uma **inflação** que não é baixa, que está acima da meta, com o BC a princípio não tendo muito espaço para cortar os juros. Mas estamos falando de um juro de 13,75%, contra uma **inflação** de 5,5%, é uma taxa de juros real bastante elevada. E, mesmo assim, achamos que a autoridade monetária vai precisar ser mais cautelosa com a trajetória na hora de fazer a redução de juros no ano que vem.

A gestora revisou em julho de 9,2% para 7,1% a projeção para a **inflação**, por conta das medidas voltadas para alívio no preço de energia, mas também revisou de 13,25% para 13,75% a projeção para a Selic. Com uma **inflação** menos pressionada, o BC não deveria ter menos trabalho para segurar a **inflação**? Se a **inflação** estivesse caindo por tendências mais intrínsecas, porque os fatores por trás dela estão melhorando, seja o câmbio, seja a questão de preços das commodities, seja a própria atividade desacelerando, isso poderia dar espaço para parar de subir os juros e para o BC cortar os juros.

Mas quando temos uma **inflação** caindo por ações pontuais, como as reduções de **impostos**, isso não tem um impacto mais duradouro e persistente na **inflação**. Como o BC está sempre olhando para frente, isso acaba tendo um impacto muito limitado nos juros. Na tendência de médio prazo, não vemos um alívio que permita que o BC pare de subir e até corte os juros. Na verdade, o efeito é o contrário. Como o fiscal está piorando, talvez isso acabe forçando o BC a ter que puxar mais a Selic.

Qual sua avaliação sobre as propostas que têm sido sinalizadas pelos dois principais candidatos na disputa eleitoral no campo econômico? Não vemos propostas claras dos candidatos, esse é um primeiro ponto. E não vemos propostas que enderecem os problemas que achamos que têm de ser endereçados, que é a parte fiscal, as reformas estruturais, que recolocam o país em uma trajetória de crescimento. Esse é um dos fatores preocupantes da eleição, temos desafios muito grandes pela frente do ponto de vista econômico, e isso não parece ser uma prioridade em termos de sinalização dos candidatos.

Sob essa perspectiva fiscal, e considerando o ambiente global mais incerto, a Bolsa local já precifica bem o cenário esperado à frente ou ainda há espaço para deterioração adicional? Quando a gente pega a Bolsa, ela está sofrendo já há algum tempo, porque o mercado internacional entrou em uma trajetória mais negativa nesse primeiro semestre, e porque os juros aqui têm uma trajetória que foi prejudicial às ações.

Mas têm alguns efeitos que, ainda assim, sustentaram a Bolsa e evitaram que ela tivesse uma trajetória muito

negativa. Tem aí algum impacto dos preços de commodities, dessas próprias medidas fiscais, que sustentaram a atividade econômica em um nível, senão super positivo, mas pelo menos que evitaram uma recessão até agora.

Isso ajudou a defender um pouco determinados setores da Bolsa. Mas não está precificado na Bolsa ainda um cenário de crescimento pior, que não deixa de ser uma possibilidade. A expectativa de juros mais altos já levou a Bolsa a cair bastante lá fora, mas os resultados das empresas negociadas em Bolsa, tanto lá fora como aqui, continuam ainda sem sofrer muito. Até isso daí pode dar a impressão, para quem olha os múltiplos, que a Bolsa ainda está relativamente barata.

Nossa visão é que tem uma perna que deve acontecer nos próximos trimestres de revisão de resultado de lucro para baixo, por conta dessas revisões de atividade, e, portanto, a Bolsa ainda deve sofrer mais. Estamos com uma visão bastante cautelosa para a Bolsa, tanto nos mercados internacionais como no Brasil.

No cenário externo, o sr. avalia que os BCs globais, e em especial o Fed, terão de apertar ainda mais o ritmo de alta dos juros para controlar a **inflação**? O Fed já deixou claro que o ritmo que faz sentido para ele é dessa ordem de 0,75 ponto percentual. A dúvida é quantas vezes ele vai repetir o aumento de 0,75 ponto. Na nossa visão, seria alguma coisa na faixa de até 4%. Esses 4% pressupõem que a **inflação** vai dar ainda mais um pouco de trabalho, mas vai ceder. E que o Fed vai conseguir levar o juro para 4% e que a economia vai desacelerar, mas não vai gerar uma recessão ou uma desaceleração mais violenta.

Só que essa premissa está em discussão e está em cheque hoje em dia. Se o Fed vai precisar levar para mais do que 4%, e se, em última instância, não vai conseguir evitar uma queda mais forte da atividade ou uma recessão. Diria que essa é a grande mudança que tivemos no cenário nos últimos meses. Se tivéssemos conversado há três meses, a aposta ainda era muito clara que ele não ia precisar puxar tanto os juros e que a economia ainda iria ficar em um patamar mais sólido. Mas agora está bem menos claro se ele vai conseguir esse objetivo.

Se pegarmos o Fed ao longo dos últimos 10, 15 anos, ele sempre acabava terminando o movimento de alta de juros antes do que se esperava, e em um patamar mais baixo do que se esperava, porque a preocupação com a **inflação** não era tão acentuada, e qualquer ameaça de jogar a economia em uma recessão mais forte acabava tendo prioridade. Agora, me parece que, como a **inflação** está dando sinais de muita resiliência, e, ao mesmo tempo, a gente vem de uma

trajetória de recuperação de atividade muito forte, de desemprego muito baixo nos Estados Unidos, acho que a preferência do Fed vai ser por ser mais cauteloso e derrubar a **inflação**, mesmo que isso gere um pouco mais de dor do lado de atividade.

O risco de uma recessão da economia dos Estados Unidos, portanto, cresceu consideravelmente nos últimos meses? Sem dúvida o risco é maior, o que não conseguimos dizer é se esse já é o cenário mais provável. Parece que hoje ele está com uma probabilidade equilibrada com um cenário de não recessão. Mas, se olhássemos três meses atrás, certamente o cenário de não recessão tinha uma probabilidade muito mais alta que o de recessão. O risco de recessão subiu e subiu bastante. Ainda resta essa dúvida se o Fed vai precisar apertar o suficiente para levar a economia para uma recessão, mas, a essa altura, parece bastante possível.

Vimos no primeiro semestre a maior queda da Bolsa americana nos últimos 50 anos. Para o segundo semestre, essa dinâmica pode se repetir? Acho que não é provável que tenhamos uma queda do tamanho que tivemos, até porque foi a maior em muitas décadas. Por outro lado, na nossa cabeça, o que o mercado precificou nos Estados Unidos nesse primeiro semestre foi um patamar de taxa de juros mais alto, mas ainda não foi precificada uma queda mais acentuada dos resultados das empresas e nem de uma recessão. Então, por mais que a gente já tenha precificado bastante coisa ruim, nossa visão é que ainda tem um pouco mais de coisa ruim pela frente, que o segundo semestre ainda tende a ser relativamente difícil para a Bolsa no exterior.

Quais impactos uma recessão nos Estados Unidos pode trazer para o Brasil? É diferente para o Brasil estarmos passando por um cenário desafiador do ponto de vista político, fiscal, e estar com o global ajudando, versus o cenário que enxergamos para frente, que é um cenário onde não tem muita coisa ajudando lá fora. Deveria existir um pouco mais de cautela na condução da política econômica aqui, e, não tendo essa cautela, os mercados tendem a continuar em uma trajetória cautelosa.

MARIO FELISBERTO, 48

Mario Felisberto juntou-se ao time de investimentos da Santander Asset Management em setembro de 2019. Ele possui 25 anos de experiência no mercado financeiro, com passagens pelo Banco CCF Brasil, HSBC Brasil (2002-2013), onde desempenhou a função de diretor de investimentos para América Latina, Advis Investimentos (2013-2016) e Canvas Capital (2016-2019). Mario é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade

de São Paulo (POLI-USP), e possui MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), além de ser detentor do certificado CFA.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**65**

# Gasolina cairá R\$ 1,55 por litro com cortes de impostos, diz governo

**Nicola Pamplona Nathalia Garcia**

O MME (Ministério de Minas e Energia) calcula que os cortes de **impostos** aprovados pelo Congresso devem reduzir em R\$ 1,55 por litro o preço médio da gasolina no país, na comparação com o recorde de R\$ 7,390 atingido na semana anterior à vigência das medidas.

Na primeira semana de corte de **impostos** federais, a queda média foi de R\$ 0,26 por litro, segundo a última pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). O corte do ICMS vem sendo aplicado gradativamente pelos estados.

Em relação ao etanol hidratado, a expectativa do ministério é de corte médio de R\$ 0,31 por litro, uma redução de 6,3%. Na semana anterior à aprovação das medidas, o litro do combustível custava, em média, R\$ 4,873.

Os dados divulgados nesta quarta-feira (6) pela pasta consideram os valores praticados na semana de 19 a 26 de junho.

As contas do MME levam em conta a reclassificação dos combustíveis como bens essenciais, que limita a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a 17% ou 18%, dependendo do estado, e a isenção dos **impostos** federais PIS/Cofins e Cide sobre gasolina e etanol até 31 de dezembro de 2022.

As medidas são parte de esforço do governo federal para frear a **inflação** às vésperas das eleições e, assim, melhorar a popularidade de Jair Bolsonaro (PL). A carestia de itens diversos, como os combustíveis, é vista por membros da campanha do presidente como principal obstáculo para a reeleição.

O teto do ICMS, porém, ainda é debatido na Justiça por alguns estados. A lei que fixa um limite para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações foi sancionada por Bolsonaro no dia 23 de junho após intensa disputa entre estados e municípios, que alertaram para a perda de receitas, e o governo federal.

Na última sexta-feira (6), Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Alagoas anunciaram redução da alíquota. Antes, São Paulo,

Goiás, Espírito Santo e Rondônia também já haviam confirmado cortes.

Com as maiores alíquotas sobre a gasolina antes da imposição do teto, Rio de Janeiro e Minas Gerais têm os maiores impactos estimados pelo ministério: R\$ 1,94 e R\$ 1,86 por litro, respectivamente.

Segundo o governador Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, no início de julho, a expectativa era de uma queda de até R\$ 1,19 nas bombas dos postos fluminenses. A gestão estadual projetou que o valor médio do litro ficaria em torno de R\$ 6,61.

Em São Paulo, a redução esperada é de R\$ 1,36 por litro. Na outra ponta, Amapá e Mato Grosso podem ver o preço da gasolina cair até R\$ 1,30 por litro, segundo as estimativas do Ministério de Minas e Energia.

Combustível está mais caro que no exterior

A queda das cotações internacionais do petróleo eliminou pela primeira vez, em mais de um mês, a defasagem dos preços internos dos combustíveis, reduzindo a pressão por reajustes nas refinarias brasileiras. Segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o preço médio da gasolina no Brasil está R\$ 0,09 por litro maior que a paridade de importação, conceito usado pela Petrobras em sua política de preços. O litro do diesel é vendido hoje pelas refinarias brasileiras a um valor R\$ 0,16 superior à paridade de importação.

É a primeira vez em 32 dias que o preço interno fica mais alto que o internacional.

O cenário reflete temores do mercado com risco de recessão global, que levou o petróleo Brent, referência internacional, a ser negociado abaixo dos US\$ 100 por barril nos últimos dias. A queda foi mais do que suficiente para compensar a desvalorização do real, outro fator considerado pela política de preços da Petrobras.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49965>

## Como fica o preço da gasolina após corte de impostos

	Preço médio na semana encerrada no dia 26, em R\$ por litro	Queda esperada pelo MME, em R\$ por litro	Preço médio após repasse do corte de impostos, em R\$ por litro
BA	8,04	-1,49	6,54
PI	7,94	-1,86	6,08
RN	7,9	-1,77	6,13
CE	7,88	-1,59	6,3
RJ	7,8	-1,94	5,86
AC	7,78	-1,48	6,3
DF	7,63	-1,62	6,01
MG	7,61	-1,86	5,76
TO	7,6	-1,64	5,96
PE	7,53	-1,63	5,91
ES	7,52	-1,51	6,01
RO	7,51	-1,49	6,02
GO	7,48	-1,8	5,67
PA	7,46	-1,61	5,85
AL	7,41	-1,5	5,91
AM	7,41	-1,41	5,99
PR	7,41	-1,49	5,92
<b>Brasil</b>	<b>7,39</b>	<b>-1,55</b>	<b>5,84</b>
SE	7,38	-1,67	5,71
MA	7,37	-1,65	5,72
PB	7,24	-1,62	5,61
RR	7,22	-1,4	5,82
SC	7,22	-1,35	5,87
MT	7,13	-1,3	5,83
MS	7,11	-1,58	5,53
RS	7,06	-1,4	5,67
SP	6,97	-1,36	5,61
AP	6,55	-1,3	5,25

# Mercado cobra caro pela irresponsabilidade (Editorial)

Devastado pela baderna fiscal promovida pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus aliados, o Tesouro Nacional ainda tem de pagar ao mercado o custo da insegurança causada pela ganância eleitoreira e por aberrações como o orçamento secreto.

Financiar as contas públicas ficou tão caro quanto no fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, quando sinais de enorme desarranjo financeiro já eram visíveis. Para vender papéis de 40 anos atrelados ao IPCA, o Ministério da Economia teve de se comprometer, nesta semana, com uma taxa real de 6,17% ao ano. O custo estava em 4,76% no início do mandato, em janeiro de 2019, e chegou perto de 3% quando foi aprovada a reforma da Previdência. Ruim para o Tesouro, a desconfiança do mercado é desastrosa para a economia e para a maior parte dos brasileiros, principalmente para os mais pobres.

Fora dos padrões internacionais, a dívida pública brasileira, incluídos os três níveis de governo, é próxima de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo dados de Brasília, e tende a crescer, em termos proporcionais, nos próximos anos. Na maior parte das economias de renda média, o endividamento do governo geral é bem menor e raramente equivale a 60% do **PIB**. Além de muito endividado, principalmente em nível federal, o setor público do Brasil paga juros elevados e seus padrões de gestão têm sido, com frequência, alarmantes para o mercado.

Sinais de alerta se repetem, agora, com a manobra do presidente Jair Bolsonaro, apoiado pelo Centrão, para distribuir bondades eleitorais e novamente pôr em risco o teto de gastos. O risco foi percebido dentro e fora do País e o alarme já disparou em todo o mercado.

O Brasil afrouxa a política fiscal com a aproximação das eleições de outubro, registrou na terça-feira o boletim do Instituto de Finanças Internacionais editado em Washington e divulgado para todo o mundo. Depois de cortar **impostos** sobre energia, como se fez em muitos países, o governo brasileiro passou a pressionar por um pacote de gastos emergenciais, assinalou o boletim, apontando o risco de mais uma violação do teto de gastos. Os cortes de **impostos** e as novas despesas podem equivaler a 1,2% do **PIB**, "uma cifra nada desprezível para um país em posição

fiscal frágil", segundo o informe.

O aumento da receita pública pode atenuar o efeito dessas medidas em 2022, mas o próximo governo, acrescenta o boletim, poderá ter dificuldade, em 2023, para corrigir o afrouxamento e retomar a observância do teto de gastos. No cenário mais provável, continua a análise, o presidente, seja Bolsonaro ou Lula, mudará de novo o teto como parte da política orçamentária e isso mais uma vez incomodará o mercado.

O presidente Bolsonaro e seus aliados podem pensar e agir como se os efeitos de seus atos fossem circunscritos a um joguinho político. Muitos podem até conceber esse joguinho como limitado a uma dimensão paroquial, suficiente para garantir a reeleição e os dividendos da participação no esquema brasileiro.

O chefe de governo deve pensar, por necessidade, num eleitorado maior.

Sua percepção do papel e das obrigações presidenciais, no entanto, deve ser, como indica o balanço de seu mandato, pouco mais ampla do que foi durante sua longa carreira como deputado irrelevante. Mas o Brasil, apesar de tudo, ainda é uma grande economia, um mercado respeitável e com enorme potencial. As ações de suas autoridades ainda valem a atenção de quem acompanha as condições econômicas e políticas nos mercados com alguma importância.

O presidente pode ter dificuldade para perceber o alcance de suas palavras e manobras. Mas as consequências aparecem nos custos do Tesouro, na redução do dinheiro disponível para funções de governo, na degradação das condições sociais, na **inflação** acelerada, no dólar supervalorizado e nos juros sufocantes para os negócios e para a gestão pública. Talvez um pouco menos sufocantes, é preciso admitir, para uma gestão ineficiente, sem plano e desvalorizada por quem negligencia ou simplesmente ignora o sentido de governar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mais e graves pecados fiscais e eleitorais (Artigo)

**Roberto Macedo**

Tendo como pretexto o forte aumento do preço dos combustíveis, o desgoverno Bolsonaro se excedeu imaginando um "estado de emergência" com sua Proposta de Emenda Constitucional (PEC) recém-aprovada no Senado, com apenas um voto em contrário, do senador José Serra, que honrou o seu mandato.

Entre outros gastos, ela contempla ampliação do Auxílio Brasil, aumento do vale-gás e bolsa-caminhoneiro e para motoristas de taxi. Quando eu escrevia este texto, essa PEC estava na Câmara dos Deputados e a previsão é de que ali será também aprovada por larga margem, pois a dita oposição não quer ir contra um pacote de benesses na proximidade de eleições, ainda que muito defeituoso, populista, oportunista e favorável ao seu adversário.

Segundo o jornal O Globo de 1/7/2022, "parlamentares fizeram duras críticas, mas não tiveram coragem de figurar em lista contra a proposta que aumenta verbas públicas para programas sociais, mesmo dando vantagem eleitoral ao presidente".

Esta "emergência" da referida PEC só existe, mesmo, é nas hostes governistas, pois seu candidato presidencial à reeleição corre alto risco de perdê-la, conforme as pesquisas de intenção de voto. E, assim, ele partiu para a violência fiscal e eleitoral. Só não digo que partiu para a ignorância porque sabe muito bem o que está fazendo.

As instituições fiscais e eleitorais são como mandamentos que regem um Estado Democrático de Direito, e a PEC atua contra um desses mandamentos ao promover a ganância num momento em que o governo não dispõe de recursos, o que aumenta a desconfiança de agentes econômicos na gestão fiscal do governo. Isso traz consequências que não foram ponderadas pelos senadores, como o fato de que as incertezas desses agentes pressionam a taxa de câmbio, um dos ingredientes da alta dos preços dos combustíveis.

Manchete deste jornal ontem mostrou, também, outro efeito: Risco fiscal eleva juro pago pela União. A **inflação**, que já é alta, será pressionada para cima por essa expansão de gastos, o que vai contra a política

anti-inflacionária do Banco Central, que será pressionada por juros altos, prejudiciais aos gastos dos consumidores e aos investimentos em geral.

No plano eleitoral, um mandamento moral e ético é o de que as leis não podem favorecer este ou aquele candidato, e a PEC em questão viola esse mandamento ao beneficiar claramente o presidente e candidato Jair Bolsonaro num período eleitoral. É como uma compra de votos. Espero que os eleitores brasileiros não caiam nessa.

Diante do quadro social, alguém poderia perguntar: mas você não está se mostrando insensível ao sofrimento dos mais pobres? Ora, sempre defendi uma política social em favor deles e desde que nasceu o Bolsa Família sempre o elogiei, mas o desgoverno atual andou mexendo no programa.

Entre outras coisas, passou a oferecer um valor mínimo por família, o que estimula a separação delas para receber benefícios em dobro.

Soube que o número de famílias "de um só integrante" beneficiárias do Auxílio Brasil saltou de 2,2 milhões para 3,7 milhões entre novembro de 2021 e abril de 2022. Segundo o economista Marcelo Neri, reconhecido especialista em políticas sociais, o "valor de R\$ 600 é bom de divulgação, mas não de desenho" (Folha de S.Paulo, 3/7/2022). É esse valor que virá com a citada PEC.

Sigo vários especialistas em políticas sociais que apontam que o conjunto de políticas sociais do governo, alegadamente em benefício dos mais pobres, precisa de uma revisão quanto ao cumprimento de seus objetivos e ao desenho de seus cadastros. Também sou favorável a uma expansão seletiva dessas políticas, financiada a partir de **impostos** diretos mais altos e mais progressivos. Mas isso não se faz às pressas e caberia fixar um prazo suficiente para que um projeto a respeito fosse subsidiado por estudos de especialistas quanto ao seu desenho e impacto distributivo de renda.

Acrescento que esta PEC também pode prejudicar o crescimento econômico. Embora aumente os gastos no período de sua duração, isso, como já dito, poderá ter impactos desfavoráveis nas finanças públicas, ampliando incertezas quanto à obediência do

mandamento de uma gestão fiscal equilibrada, com efeito desfavorável nas taxas de câmbio e de juros.

Outro problema é que os R\$ 200 a mais do Auxílio Brasil cessariam em dezembro deste ano, ou seja, é um "estado de emergência" com duração definida. Haverá pressão para a manutenção deste e de outros benefícios em 2023, ano para o qual as previsões de crescimento são desanimadoras, em particular porque o governo vindouro se verá diante de um cenário econômico altamente complicado para a sua gestão.

Cabe destacar o voto isolado do senador José Serra. Entre outras justificativas, ele disse que "esta PEC viola a Lei de Responsabilidade Fiscal e fura o teto de gastos". Estes são, também, mandamentos da boa gestão fiscal, que eticamente deveria ser em prol do bem comum. Mas a maioria dos congressistas não se revela preocupada com isso nem com o crescimento econômico do País.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Codigo de defesa do contribuinte avança no congresso nacional - COMÉRCIO EM PAUTA

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

# Johnson rejeita renúncia e busca apoio com pacote fiscal no Reino Unido

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

# Compensação tributária

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

# País está de volta ao mapa da fome da ONU

**LUANA PATRIOLINO**

Desafio para muitas nações, o acesso à alimentação e a uma nutrição equilibrada pioraram no último ano no Brasil, na América Latina e no mundo. Por aqui, a quantidade de brasileiros que enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar ultrapassou a marca de 60 milhões de pessoas - atinge um em cada três brasileiros. Os dados constam de um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado ontem.

A instituição alertou que o mundo "se afastou" do objetivo de erradicar a fome até 2030. O documento mostra que o número de pessoas que lidaram com algum tipo de insegurança alimentar foi de 61,3 milhões, número alarmante considerando que a população brasileira é estimada em 213,3 milhões.

No resto do mundo, a situação também é grave, principalmente nos países mais pobres. Segundo a FAO, cerca de 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021. O número cresceu cerca de 150 milhões desde o início da pandemia de covid-19: mais 103 milhões entre 2019 e 2020, e 46 milhões em 2021.

A pesquisa também leva em consideração o recorte de gênero. Em 2021, 31,9% das mulheres no mundo tinham insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com 27,6% dos homens. A desigualdade crescente é mais evidente na América Latina e no Caribe, onde a diferença entre homens e mulheres ficou em 11,3 pontos percentuais. Em 2020, esse índice era 9,4 pontos percentuais.

Quase 3,1 bilhões de pessoas não puderam pagar por uma alimentação saudável em 2020. Isso representa 112 milhões a mais do que em 2019, refletindo a **inflação** nos preços dos alimentos ao consumidor decorrente dos impactos econômicos da pandemia de covid-19 e das medidas adotadas para contê-la.

Voltando ao Brasil, os últimos números da FAO revelam uma piora sensível da insegurança alimentar. Entre 2014 e 2016, atingiu 37,5 milhões de pessoas - 3,9 milhões em condição grave.

Para a organização, a insegurança moderada é medida quando a população não tem certeza sobre a capacidade de conseguir comida e, em algum momento do ano, teve de reduzir a qualidade e quantidade de alimentos. A insegurança grave é entendida quando as pessoas ficam sem alimentos por

um dia ou mais.

"O número de pessoas em insegurança alimentar na região sugere que o problema não se limita mais aos grupos sociais que vivem na pobreza há muito tempo; a insegurança alimentar já atingiu as cidades e dezenas de milhares de famílias que não a vivenciavam antes", disse o representante Regional da FAO América Latina e Caribe, Julio Berdegue.

**Impacto da guerra**

Em relação aos impactos da guerra na Ucrânia, as simulações contidas no relatório da FAO sugerem que, no cenário de choque moderado, o número global de pessoas subalimentadas em 2022 aumentará em 7,6 milhões, enquanto esse crescimento pode chegar a 13,1 milhões de pessoas, acima das estimativas de base, sob a configuração mais severa de choque.

Para a América Latina e o Caribe, até 2022, isso significaria um aumento de 0,62% no número de subalimentados na região - 350 mil pessoas - no cenário de choque moderado, e 1,13% - 640 mil pessoas - na configuração de choque mais grave.

**Não confunda**

**Insegurança alimentar moderada** Nível de gravidade da insegurança alimentar em que as pessoas enfrentam incertezas sobre a capacidade de obter alimentos e são forçadas a reduzir, em algum momento, a qualidade ou quantidade dos alimentos por falta de dinheiro.

**Insegurança alimentar severa** O nível de gravidade da insegurança alimentar em que as pessoas, provavelmente, ficaram sem comida, passaram fome e, no caso mais extremo, ficaram dias sem comer, colocando a saúde e o bem-estar em grave risco, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar.

**Três perguntas para**

Rafael Zavala, representante da FAO no Brasil Os números são preocupantes?

Sim, porque a tendência é que sejam ainda piores no futuro. Existem quatro causas principais da fome: conflitos armados, choques climáticos, choques econômicos e choques sanitários. Atualmente estamos vivendo o que a FAO chama de "tempestade perfeita"

para a segurança alimentar, pois estes quatro fatores estão acontecendo ao mesmo tempo em alguns lugares do mundo.

As políticas públicas avançaram no Brasil?

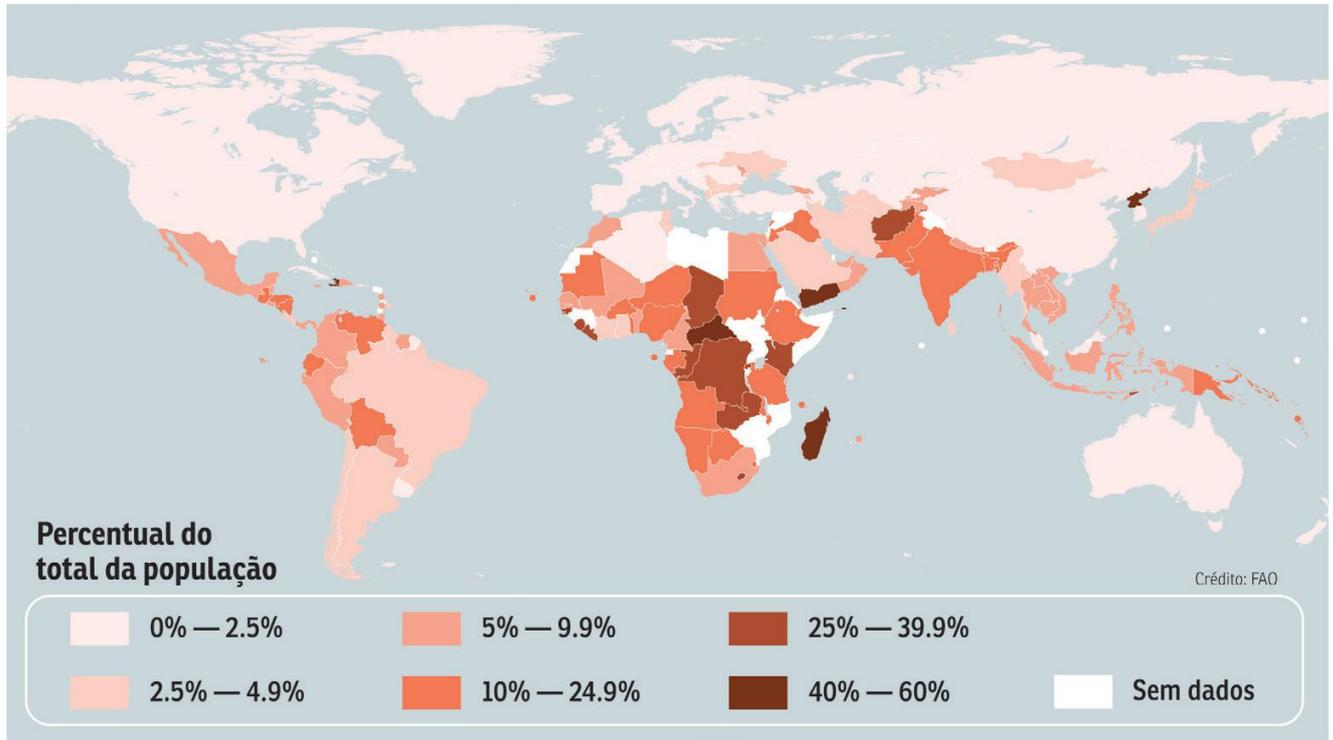
Estamos vivendo um momento ímpar da história, onde todas as fragilidades dos nossos sistemas alimentares estão expostas, o que pode inclusive ser uma oportunidade de enxergar as lacunas e traçar novas rotas para a erradicação da fome em todo o mundo.

Como fazer para a segurança alimentar voltar a ser prioridade?

Se os governos redirecionarem os recursos para priorizar os consumidores de alimentos e incentivarem a produção, o fornecimento e o consumo sustentáveis de comida nutritiva, ajudarão a tornar alimentações saudáveis menos dispendiosas e mais acessíveis para todos.

## Flagelo dos países mais pobres

3  
a  
a  
o  
o  
e  
1  
-  
e  
e  
s  
o  
-  
-  
o  
o  
o  
o  
n  
-  
-  
o  
-  
o  
e  
-  
s



# Leite dispara e fica mais caro que combustível

**Roger Dias**

De repente, consumidores se deparam com um cenário de apreensão e vivem novo drama ao observar as prateleiras dos supermercados e padarias. Com aumentos superiores a 70% em Belo Horizonte e região nos últimos três meses, o leite e seus derivados encabeçam a lista dos produtos que mais pressionam a cesta básica das famílias. Atualmente, o belo-horizontino pode encontrar uma caixinha de um litro de leite chegando a quase R\$ 10. O valor médio está mais alto que um litro de gasolina ou diesel, que também acumulam reajustes.

Segundo o recente estudo da Fundação Ipead/UFMG, o litro do leite custou R\$ 6,02 em junho, com alta de 38,7% no ano e de 43,40% nos últimos 12 meses na capital mineira. Para efeito de comparação, o índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) foi de 0,69% em junho, com alta de 5,65% no ano e de 12,04% nos últimos 12 meses. As constantes altas do leite também elevaram assustadoramente os preços de uma infinidade de itens do supermercado: queijos, requeijões, leite em pó, leite fermentado, iogurtes, pães, bolos, manteigas, creme de leite e margarinas.

Pesquisa do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócioeconômicas (Dieese) mostra que entre maio e junho o leite integral e a manteiga registraram aumento em junho com relação a maio. No valor do leite UHT a maior alta foi em Belo Horizonte (23,09%) e no caso da manteiga o maior aumento foi em Campo Grande (5,69%). Em 12 meses, todas as cidades apresentaram acréscimo de preço nos dois produtos. Para o leite UHT, as maiores variações acumuladas foram registradas em Belo Horizonte (48,89%), Florianópolis (46,70%) e Porto Alegre (44,55%).

O site de pesquisas Mercado Mineiro registrou variações entre R\$ 63% e R\$ 76% de algumas marcas de leite em comparação com março. Por sua vez, o queijo (Minas e mussarela) teve reajustes entre 19,45% e 53,49% no mesmo período. O queijo Minas mais caro custa R\$ 79,90 em supermercados onde a pesquisa foi realizada. Nas periferias, porém, o produto tem novo reajuste, com valores que chegam a R\$ 90 ou até R\$ 100 por quilo. O leite em pó teve aumentos entre 22,42% e 48,02% nos últimos três meses, dependendo da marca.

"Pelo que temos informação do mercado, o custo de produção tem sido maior. O período seco já é desafiador e tradicionalmente o preço do leite já tem elevação. Encontrávamos o litro a R\$ 2,99 ou R\$ 3,99 e passar para R\$ 4,99 já era um escândalo para o consumidor. Mas o mundo mudou completamente, em virtude da elevação do custo para alimentar o gado. O diesel, os insumos do campo e a energia elétrica contribuíram para essa elevação", analisa o economista Feliciano Abreu, coordenador do Mercado Mineiro.

Segundo ele, os consumidores são prejudicados pelas estratégias de algumas cooperativas, que diminuem a oferta de leite para o comércio: "O produtor e o consumidor são os mais "fracos" na cadeia. O produtor fica desanimado, recebe pouco e com custo alto. Do outro lado, o consumidor não tem condição de comprar o leite que nem é aquele que o produtor vende. Nesse período, algumas cooperativas notam a falta de oferta do leite e focam apenas nos derivados, porque o valor agregado é maior. Elas ganham mais num queijo ou numa manteiga do que vender o leite avulso".

A **inflação** do leite leva as famílias a um sentimento de desolação. Desempregada desde o ano passado, Samira Rodrigues, de 29 anos, precisa fazer contas para comprar leite para a filha Evelyn, de apenas 1 ano. Com os aumentos, ela praticamente deixou de consumir o produto para dar prioridade à criança. "Antigamente, comprava uma caixa com 12 leites a cada 15 dias. Agora, tenho de comprar de três a cinco litros no mesmo período. Tenho de adaptar, pois está tudo muito caro. Está difícil para todo mundo".

A diarista Arquimeia Armando, de 49, vive drama semelhante. Para conseguir economizar e pagar as contas, ele tem deixado de comprar alguns produtos, inclusive o leite. "Antigamente, podíamos comprar várias caixas e o dinheiro do mês era suficiente. Agora, só podemos comprar quando temos dinheiro, o que tem sido cada vez mais difícil. É algo muito triste."

Por sua vez, o aposentado José Ananias de Menezes, de 76, opta agora por novas opções no café da manhã no lugar do leite. "Passei a tomar café puro em vez do café com leite. Mas nem isso reduz a conta do mês, porque o café e o açúcar também encareceram.

Espero que tudo possa melhorar nos próximos meses. Desse jeito, não dá"

No comércio, a disparada do leite também é vista com muito pessimismo, já que é praticamente impossível repassar os constantes reajustes para o cliente. "A insatisfação é total, porque o aumento é exorbitante. Nossos fornecedores nos comunicam toda semana que há novo reajuste. Temos de colocar o mínimo possível desse reajuste para o consumidor. Trabalhamos com a margem bem baixa. Para o empresário, também está difícil. Precisamos de alguma solução, pois não vamos suportar por muito tempo", diz Markireny Gonçalves Ferreira, proprietária de uma padaria no Alto Vera Cruz, Região Leste de BH.

**NO CAMPO** O produtor rural obteve ligeiro reajuste do leite que vende às cooperativas, mas insuficientes para cobrir os prejuízos. De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), o litro de leite vendido pelos produtores mineiros atingiu o valor de R\$ 2,70 em junho, um pequeno aumento de 5,05% no comparativo com maio. Em contrapartida, o custo operacional da produção no campo aumentou 16,6% no comparativo entre maio do ano passado com o mesmo período de 2022.

Segundo o analista de gerência do agronegócio da Faemg, Alexandre Gonzaga, os fatores econômicos contribuíram para a queda da produção de leite no campo, o que tem inferência nos preços do mercado - atualmente, Minas Gerais produz, em média, 9 bilhões de litros por ano. "Os produtores estão encontrando sucessivos aumentos ao preço do leite. A situação melhorou um pouco. Para não ficar com a capacidade ociosa, as indústrias de laticínios estão competindo de forma acirrada pelo leite do produtor nos últimos tempos. O leite spot, que é o formato cru comercializado pelas indústrias, está sendo vendido a R\$ 4,36. É um retrato de como está acirrada a briga das indústrias pelo leite do produtor. Nesse contexto, os produtores diminuíram os investimentos nas fazendas, o que reduziu também a capacidade de produção de leite", afirma.

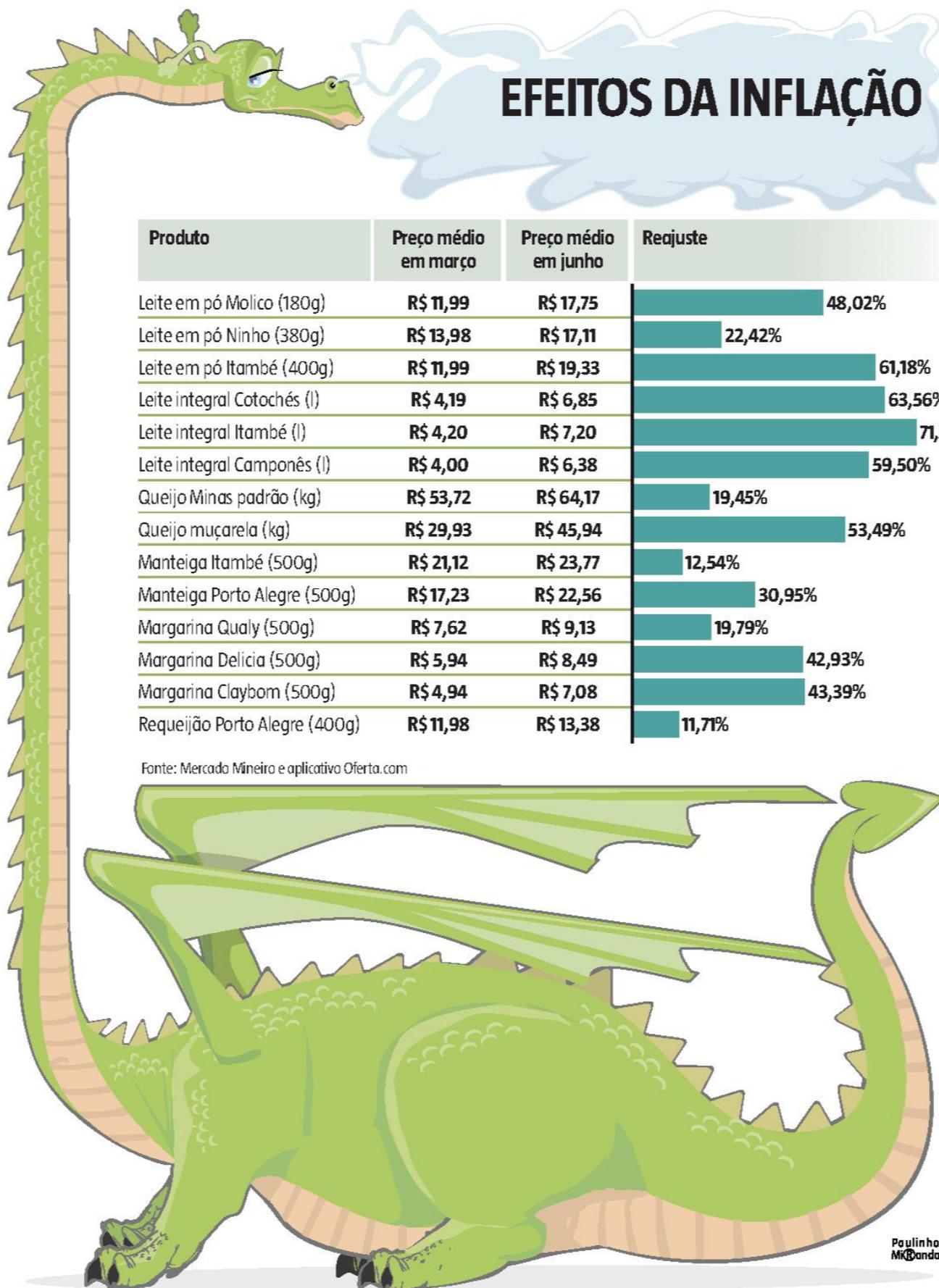
**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/07/2022/p1>

## EFEITOS DA INFLAÇÃO

Produto	Preço médio em março	Preço médio em junho	Reajuste
Leite em pó Molico (180g)	R\$ 11,99	R\$ 17,75	48,02%
Leite em pó Ninho (380g)	R\$ 13,98	R\$ 17,11	22,42%
Leite em pó Itambé (400g)	R\$ 11,99	R\$ 19,33	61,18%
Leite integral Cotochês (l)	R\$ 4,19	R\$ 6,85	63,56%
Leite integral Itambé (l)	R\$ 4,20	R\$ 7,20	71,52%
Leite integral Camponês (l)	R\$ 4,00	R\$ 6,38	59,50%
Queijo Minas padrão (kg)	R\$ 53,72	R\$ 64,17	19,45%
Queijo muçarela (kg)	R\$ 29,93	R\$ 45,94	53,49%
Manteiga Itambé (500g)	R\$ 21,12	R\$ 23,77	12,54%
Manteiga Porto Alegre (500g)	R\$ 17,23	R\$ 22,56	30,95%
Margarina Qualy (500g)	R\$ 7,62	R\$ 9,13	19,79%
Margarina Delícia (500g)	R\$ 5,94	R\$ 8,49	42,93%
Margarina Claybom (500g)	R\$ 4,94	R\$ 7,08	43,39%
Requeijão Porto Alegre (400g)	R\$ 11,98	R\$ 13,38	11,71%

Fonte: Mercado Mineiro e aplicativo Oferta.com



# Datafolha mostra o que pensam eleitores que pretendem votar em Lula, Bolsonaro e Ciro



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)  
Bruno Santos - 31.mai.22/Folhapress



Jair Bolsonaro (PL)  
Pedro Ladeira - 29.jun.22/Folhapress



Ciro Gomes (PDT)  
Mathilde Missionero - 22.fev.22/Folhapress

## Júlia Barbon riodejaneiro

Os eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) veem menos comida no prato e se preocupam com o desemprego. Já aqueles que pretendem votar em Jair Bolsonaro (PL) acreditam que ele mais combate do que incentiva crimes na Amazônia e vão mais à igreja. Adeptos de Ciro Gomes (PDT) se preocupam com **inflação** e são mais influenciáveis ao votar.

Essas são algumas características do perfil dos eleitores dos postulantes à Presidência, segundo o Datafolha.

Os temas economia, Amazônia, religião e influência no voto foram questionados no levantamento mais recente, feito 00102.556 pessoas nos dias 22 e 23 de junho. O estudo foi contratado pela Folha e está registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o número BR-05166/2022.

A margem de erro total é de dois pontos percentuais. É importante ponderar, porém, que ela aumenta quando se considera apenas os que votarão em cada pré-candidato: é de três pontos entre eleitores de Lula, quatro em Bolsonaro e sete em Ciro, sempre na pesquisa estimulada.

Os demais postulantes ao cargo não foram incluídos porque a amostra é pequena.

Segundo a pesquisa, Lula atrai mais pobres, homossexuais, jovens e moradores do interior; Bolsonaro tem entre os eleitores mais homens, heterossexuais, brancos e evangélicos; e Ciro atrai escolarizados, com renda mais elevada, moradores de capitais e quem não tem religião.

### Site:

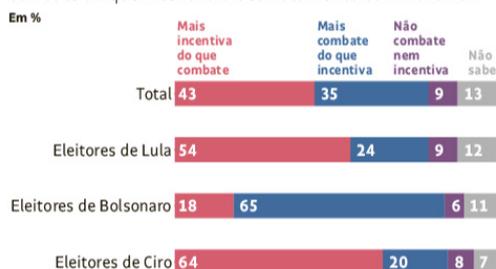
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

65

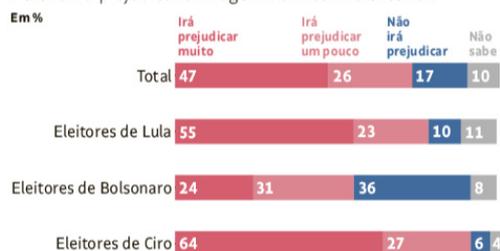
## Perfil dos eleitores de Lula, Bolsonaro e Ciro

### Amazônia

O governo Bolsonaro mais incentiva do que combate ou mais combate do que incentiva o desmatamento da Amazônia?



A morte do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira irá prejudicar a imagem do Brasil no exterior?

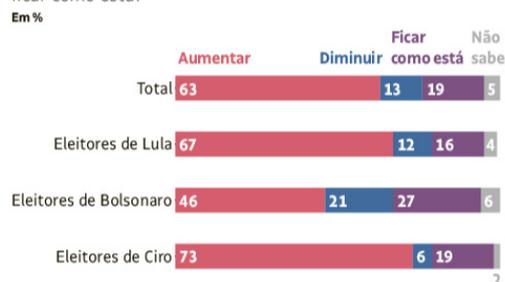


### Economia

A quantidade de comida na sua casa foi suficiente nos últimos meses?



Daqui para frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

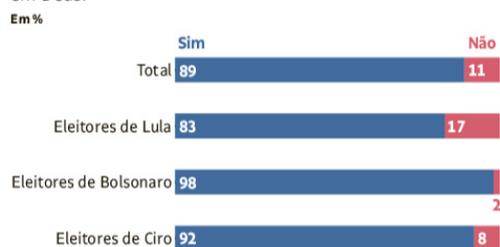


### Religião

Você costuma contribuir financeiramente com a sua igreja ou instituição religiosa?

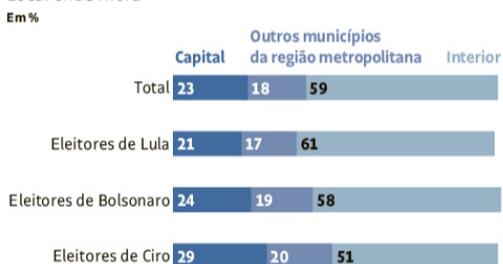


Independentemente de ter religião ou não, você acredita em Deus?

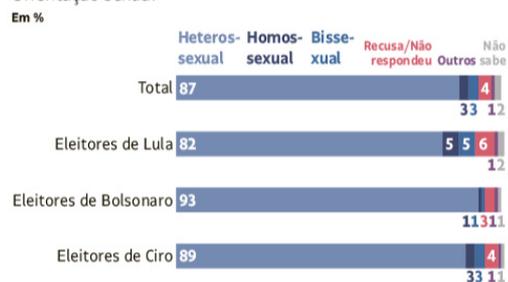


### Perfil

Local onde mora

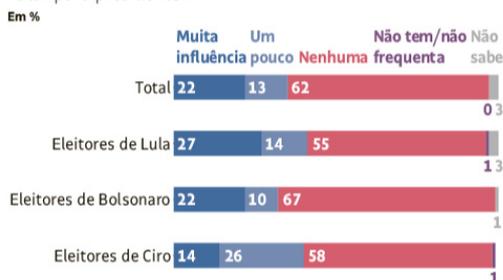


Orientação sexual

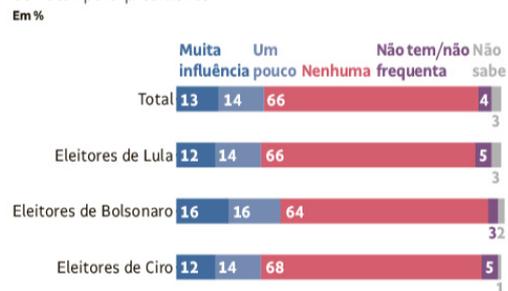


### Influência no voto

A opinião de seu(s) filho(s) terá influência na hora de votar para presidente?



A opinião de líderes da sua igreja terá influência na hora de votar para presidente?



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 22 e 23 de junho; as margens de erro são de 2 pontos percentuais no total, 3 entre eleitores de Lula, 4 entre eleitores de Bolsonaro e 7 entre eleitores de Ciro (intenção de voto segundo pesquisa estimulada)

# PEC faz Bolsonaro ter expectativa fiscal pior que a de Dilma

**Alexa Salomão**

Diferentes indicadores começam a mostrar uma piora na percepção de risco fiscal no Brasil. Desancoragem da meta de **inflação**, alta do dólar, queda da Bolsa e piora do risco-país são alguns deles.

Segundo economistas e analistas políticos, a deterioração das expectativas é uma reação ao avanço, no Congresso, da PEC (proposta de emenda à Constituição) que gera R\$ 41 bilhões de gastos excepcionais até o final de 2022, com chances de serem prorrogados nos anos seguintes.

A avaliação é que a medida é eleitoreira e populista. Simula um estado de emergência para liberar a distribuição de benefícios a três meses da eleição, na tentativa de reverter o mau desempenho do presidente Jair Bolsonaro (PL) na corrida à reeleição neste ano.

"O governo brasileiro passou três anos falando em modelo liberal para a economia e em responsabilidade fiscal, sem mencionar preocupação com pobreza, desigualdade ou vulneráveis. A **inflação** já vinha corroendo a renda e famílias já estavam ficando sem comida, mas só agora, na eleição, vem uma PEC que eleva gastos sociais", afirma o cientista político Hussein Kalout, conselheiro consultivo internacional do Cebri (Conselho Brasileiro de Relações Internacionais) e pesquisador da Universidade Harvard, nos EUA.

"É uma falácia dizer que o governo está se preocupando com os mais pobres, o único objetivo dessa medida, que cria um estado de emergência onde não existe, é o populismo eleitoreiro."

Segundo Kalout, os investidores percebem as inconsistências e estão reagindo porque o Brasil não consegue entregar os três elementos básicos para o bom funcionamento da economia: credibilidade, estabilidade e previsibilidade.

O professor do Insper Roberto Dumas Damas destaca que há um indicador claro dessa leitura: o descolamento entre a meta de **inflação** para o ano que vem e as projeções do mercado para o mesmo período. Quanto maior a diferença, conhecida como desancoragem, maior é a percepção de risco fiscal diante de uma piora das contas públicas.

Enquanto o Banco Central trabalha para cumprir a meta de **inflação** de 3,25%, o mercado já projeta uma alta de preços de 5,5%. A desancoragem, portanto, é de 69%.

"A desancoragem nunca ficou tão alta para um ano posterior, nem na época de Dilma Rousseff", diz Dumas Damas.

No pior momento de desconfiança em relação ao futuro fiscal do governo da ex-presidente Dilma (PT), entre fevereiro e março de 2016, a desancoragem foi a 33%. Na época, a meta de **inflação** era de 4,5% para o ano seguinte, contra uma projeção que chegou a 6%.

A PEC já foi aprovada no Senado e tem uma tramitação conturbada na Câmara. Na noite de terça-feira (5), a pressão para agilizar a tramitação na comissão especial terminou em bate-boca.

O pacote prevê a liberação de R\$ 26 bilhões para a ampliação temporária de R\$ 200 no Auxílio Brasil e a concessão do benefícios para quem está na fila. Libera um vale de R\$ 1.000 para caminhoneiros autônomos, ao custo de mais R\$ 5,4 bilhões.

Também prevê R\$ 3,8 bilhões para subsidiar o etanol e outros R\$ 2,5 bilhões para ajudar os estados a custear o transporte coletivo a idosos. Prevê auxílio para taxistas (R\$ 2 bilhões), aumento do valor do Auxílio Gás (R\$ 1 bilhão) e reforço orçamentário do programa Alimenta Brasil (R\$ 500 milhões). As medidas valeriam até o fim do ano.

"Com essa PEC, estão armando um bomba para o próximo governo", diz o professor do Insper. "Uma boa parte das bondades da PEC acaba em 31 de dezembro, mas como o presidente eleito, seja Lula ou Bolsonaro, vai dizer: lembra daqueles R\$ 200, do vale caminhoneiro, do vale gás? Então, não vai ter mais. É muito difícil acreditar nisso. Muita coisa vai ficar perene."

Nesta quarta-feira (6), dólar e Bolsa, indicadores de curto prazo do ânimo de investidores, se mantiveram pressionados. O dólar teve alta de 0,64%, indo a R\$ 5,42. O aumento recorrente do dólar tem o efeito colateral de piorar o cenário para a **inflação**.

A Bolsa fechou ainda abaixo dos 100.000 pontos. Porém, virou na última hora do pregão, com alta de 0,43% graças à ata do Fed, o banco central dos EUA, que moderou o pessimismo de investidores.

Os mercados de moedas e ações têm refletido com força o temor de retração da economia global e a expectativa de juros mais altos nos EUA. No entanto, a leitura dos economistas no Brasil é que Legislativo e Executivo, ao liberarem a gastança eleitoral, estão contribuindo para a piora dos indicadores financeiros nacionais.

"É difícil separar os efeitos, mas, usando a linguagem dos economistas, eu diria que é razoável supor que parte desse pessimismo no mercado local tem relação com o quadro de piora fiscal no Brasil", diz Daniel Couri, diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão vinculado ao Senado.

Em relatório preliminar sobre a PEC, divulgado nesta quarta, a IFI faz um questionamento à proposta.

"A PEC carece de estimativas e estudos que embasem o valor proposto", diz o texto. "Para que se tenha noção da importância da medida, em termos fiscais, o Auxílio Brasil passaria a custar 1,5% do **PIB**, em termos anualizados, mais de três vezes a média histórica do antigo Bolsa Família."

Couri não tem dúvidas de que o pacote "aumenta o risco para as contas públicas no médio prazo e sinaliza falta de compromisso com a disciplina fiscal."

Outro indicador que segue piorando é o risco-país medido pelo CDS, o Credit Default Swap, um tipo de contrato que protege contra o calote de crédito.

Os contratos de CDS para cinco anos estão cotados em 303,9 pontos neste momento, é a maior alta desde os 309 pontos registrados em 25 de maio de 2020, quando a percepção de risco de calote cresceu no início da pandemia.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

65

### Investidor contabiliza risco fiscal da PEC da caça aos votos

Indicadores que medem expectativa em relação ao Brasil pioram com proposta de alteração da Constituição para permitir gastos a três meses da eleição

Desancoragem entre meta de inflação e projeção de mercado é mais que o dobro da identificada durante pior momento da crise no governo de Dilma Rousseff



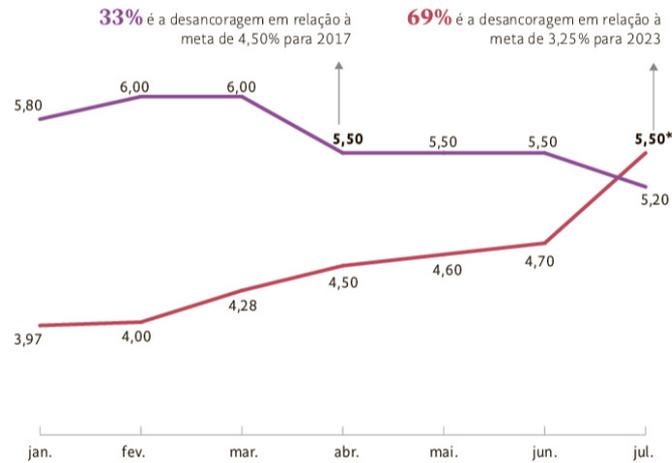
**Para o ano seguinte, 2017**  
Projeção de mercado para inflação às vésperas do impeachment de Dilma Rousseff

Em %, na última semana do mês



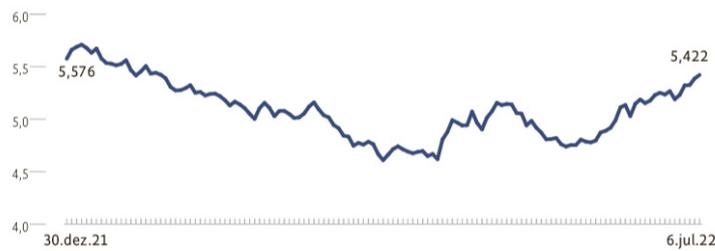
**Para o ano seguinte, 2023**  
Projeção de mercado para inflação no fim do primeiro mandato de Jair Bolsonaro

Em %, na primeira semana do mês



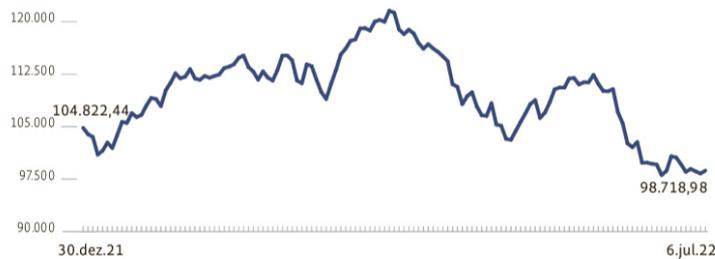
Depois de ceder e ir a R\$ 4,60, dólar volta a ser pressionado

Evolução da cotação do dólar comercial, em R\$



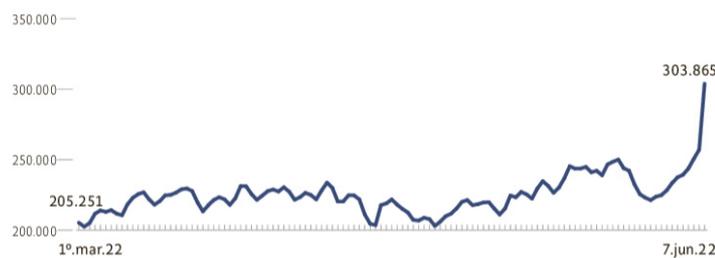
Bolsa reage negativamente e acentua queda abaixo de 100.000 pontos

Evolução do Ibovespa, em pontos



Indicador de risco-país piora

Evolução dos contratos de CDS\*\* para cinco anos, em pontos



\*Projeção informal; greve no Banco Central, encerrada nesta terça (5), afetou divulgação das projeções de mercado.  
\*\*Credit Default Swap. Fontes: Relatório Focus do BCB, CMA e Bloomberg

# Dólar sobe a R\$ 5,42 com investidores à espera de recessão



## FRANÇA DIZ QUE VAI NACIONALIZAR TOTALMENTE A EDF

Usina nuclear da EDF em Belleville-sur-Loir; governo tem hoje 84% da empresa, que enfrenta atrasos e estouros de orçamento na construção de novas unidades Benoit Tessier - 12.out.21/Reuters

**Clayton Castelani**

Em mais um dia de turbulência no mercado financeiro, investidores terminaram esta quarta-feira (6) menos pessimistas do que acordaram, após avaliarem a ata do Fed (Federal Reserve). O banco central americano divulgou durante a tarde o relatório da reunião que, em 15 de junho, resultou na maior alta da taxa de juros no país desde 1994.

Analistas buscavam no documento pistas sobre os riscos de uma recessão nos Estados Unidos, cuja percepção poderia ser reforçada caso a ata sinalizasse claramente que a autoridade será igualmente ou ainda mais agressiva na sua próxima reunião, nos dias 26 e 27 deste mês. Esse temor não foi confirmado.

Bolsas internacionais, que amanheceram negativas, entregaram ganhos no fim do dia. A Bolsa de Valores brasileira também subiu. O índice de referência para as ações domésticas, o Ibovespa, avançou 0,43%, a 98.718 pontos.

Apesar disso, riscos do exterior e domésticos provocaram nova alta do dólar contra o real.

Ao final do pregão, a moeda americana fechou negociada com valorização de 0,64%, a R\$ 5,4220, em seu maior patamar desde 27 de janeiro. Durante a sessão, a divisa chegou a saltar aos R\$ 5,4620.

"A alta do dólar é global e o motivo ainda é o mesmo [dos últimos dias]: o cenário de cautela generalizada

em meio ao crescente risco de recessão", comentou Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest.

Além da alta da divisa americana, o preço de referência do barril do petróleo bruto chegou a ser negociado abaixo de US\$ 100 (R\$ 555), patamar ao qual a commodity não é rebaixada na sua cotação de fechamento desde 11 de abril.

A commodity cai sempre que existe a expectativa de redução na demanda por energia, o que seria uma das consequências de uma crise na economia mundial.

Após a ata do Fed, porém, o barril do petróleo Brent passou a ser negociado a US\$ 100,50 (R\$ 558). Ainda assim, caía 2,21% no início da noite, depois de ter tombado 9,45% na véspera.

No Brasil, a queda da matéria-prima provocou uma baixa de 1,28% nas ações mais negociadas da Petrobras. A mineradora Vale, porém, fechou em alta, com o setor das commodities metálicas também melhorando o humor ao digerir a ata do Fed.

Em Nova York, o indicador de referência da Bolsa, o S P 500, subiu 0,36%. O Dow Jones avançou 0,23%. O índice do setor de tecnologia, Nasdaq, ganhou 0,35%.

Na ata divulgada pelo Fed nesta quarta, a autoridade monetária reforça que a **inflação** foi a principal razão para a elevação de 0,75 ponto percentual dos juros de referência do país e que poderá seguir com o aperto ao crédito, caso a alta dos preços persista.

Esses são argumentos já mencionados pelo presidente da instituição, Jerome Powell, em declarações recentes.

"Para a próxima reunião, que era o que o mercado estava procurando saber, a ata foi vaga", comentou Jennie Li, estrategista de ações da XP.

O mercado ainda procura entender o quão agressivo o Fed será ao dar continuidade na elevação da sua taxa de juros.

Uma postura mais dura da autoridade no aperto ao crédito, necessário para frear a maior **inflação** em 40 anos nos Estados Unidos, poderá ampliar a

expectativa sobre o risco de forte desaceleração econômica global.

Não é só a pressão do exterior que afeta os investimentos no Brasil. O mercado financeiro doméstico enfrenta riscos adicionais devido à postura do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, que vem adotando medidas para ampliar benefícios sociais ao custo do aumento dos gastos públicos.

Com um horizonte de forte desaceleração da economia global, investidores temem prejuízos à execução futura do Orçamento, pois há tendência de queda na arrecadação a partir do próximo ano. É o que analistas chamam de risco fiscal.

No centro das preocupações fiscais, neste momento, está a PEC (proposta de emenda à Constituição) que autoriza bilhões para caminhoneiros, taxistas e Auxílio Brasil em ano eleitoral, cujo relatório foi lido na comissão especial na noite desta terça-feira (5).

A expectativa é que a votação no colegiado ocorra na quinta-feira (7). Depois, o texto segue para plenário, onde precisa do apoio mínimo de 308 deputados, em votação em dois turnos.

Apesar dos efeitos negativos da PEC para o equilíbrio fiscal, ações de empresas do setor de varejo estão subindo na Bolsa de Valores diante da expectativa da injeção de dinheiro na economia no curto prazo.

Os papéis da Magazine Luiza saltaram 5,04% no pregão e ficaram entre os mais negociados do dia. As ações da Via dispararam 13,24%. A Americanas escalou 11,77%.

Emergentes têm mais longa série mensal de saídas de recursos desde 2015

Os mercados emergentes sofreram um quarto mês consecutivo de saídas de portfólios em junho, na mais longa série de perdas em sete anos, conforme temores de recessão e **inflação** abalaram investidores, mostraram dados do Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês). Junho registrou fluxo negativo de não residentes no valor de US\$ 4 bilhões.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

65

# Viagens de turismo nacionais e para o exterior caem 41% em 2021, diz IBGE

**Leonardo Vieceli**

O setor de turismo teve queda de 41,1% no número de viagens nacionais e para o exterior em 2021, na comparação com 2019, período pré-pandemia, indicou nesta quarta-feira (6) um estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado foi obtido por meio de um módulo de perguntas na Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), que entrevista moradores de endereços espalhados pelo país.

Em 2019, antes das restrições provocadas pela Covid-19, o levantamento analisou 20,9 milhões de viagens nacionais e internacionais com ocorrência de pernoite.

Dois anos depois, em 2021, já com a crise sanitária em curso, o número caiu para 12,3 milhões. Vem dessa comparação o tombo de 41,1%.

O estudo foi batizado como Pnad Turismo 2020-2021 e leva em consideração diferentes meios de transporte, como carro, avião e ônibus. A série histórica começou em 2019.

Em 2020, ano inicial da pandemia, o número de viagens avaliadas foi de 13,6 milhões. Ou seja, ficou em torno de 35% abaixo de 2019 e 10% acima de 2021.

"Os resultados expressam de alguma forma os efeitos da pandemia", disse Flávia Vinhaes, analista do IBGE responsável pela pesquisa.

"O ano de 2021 foi pior para o turismo no Brasil do que 2020. A crise se aprofundou", acrescentou.

Das 12,3 milhões de viagens em 2021, 12,2 milhões (99,3%) foram nacionais. Outras 90 mil (0,7%) tiveram o exterior como destino.

Em 2019, antes da pandemia, a pesquisa havia contabilizado 20,1 milhões (96,2%) de viagens dentro do país. A fatia internacional havia sido de 799 mil (3,8%).

A proporção de domicílios em que algum morador viajou havia alcançado 21,8% em 2019. O percentual caiu para 13,9% em 2020 e 12,7% em 2021.

Pela primeira vez, o estudo levantou informações sobre as despesas com turismo.

Em 2021, os gastos em viagens nacionais com pernoite somaram R\$ 9,8 bilhões. O número representa queda de 10,9% ante os R\$ 11 bilhões de 2020.

Os valores levam em conta a **inflação**. As despesas envolvem, por exemplo, hospedagem, alimentação e passeios.

No ano passado, os maiores gastos foram em deslocamentos para São Paulo (R\$ 1,8 bilhão), Bahia (R\$ 1,1 bilhão) e Rio de Janeiro (R\$ 1 bilhão).

Uma em cada cinco viagens (ou 20,6%) foi para São Paulo, o estado mais procurado. Minas Gerais (11,4%) e Bahia (9,5%) vieram a seguir.

O levantamento ainda traz informações sobre gasto diário per capita (por pessoa) em viagens nacionais com pernoite em 2021.

De acordo com esse indicador, o destino com maior valor médio foi o Distrito Federal (R\$ 292), seguido por Rio de Janeiro (R\$ 288) e Santa Catarina (R\$ 257). A quantia mais baixa foi registrada em Roraima (R\$ 57).

A pesquisa também aponta que cerca de 57,2% das viagens de 2021 foram realizadas em carros particulares ou de empresas, 12,5% em ônibus de linha e 10,2% em aviões.

Dos deslocamentos nesse mesmo período, em torno de 85,4% tiveram motivação pessoal, enquanto 14,6% foram profissionais.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49965>

## Turismo na pandemia

Pesquisa mostra que deslocamentos caíram após chegada da crise sanitária, em 2020\*

Viagens realizadas por moradores de domicílios no Brasil

Com registros de pernoite,  
em milhões

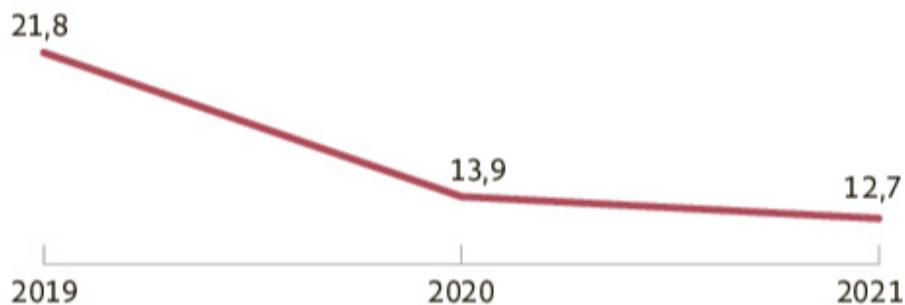
■ Viagens  
nacionais

■ Viagens  
internacionais



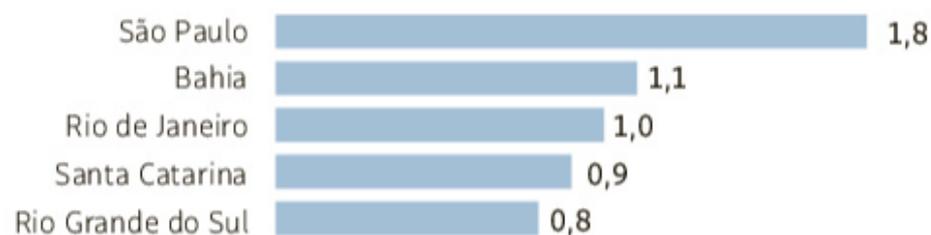
Proporção de domicílios em que algum morador viajou

Em %



Destinos com maiores gastos em viagens, em 2021

Em R\$ bilhões



\*Estudo contempla diferentes meios de transporte, como avião, carro e ônibus  
Fonte: IBGE

# Relator da PEC Eleitoral descarta prorrogar benefícios

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# IFI vê PEC das Bondades como ameaça a teto de gastos

*Estevão Taiar De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187265](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187265)